

## Golpes digitais usam Pix e dinheiro fácil como isca PAG. 05



Promessas de dinheiro fácil, marcas famosas e pagamentos via Pix se tornaram as principais iscas dos golpes digitais no Brasil. Estudo mostra que as fraudes seguem padrões repetidos e cada vez mais previsíveis.



FILE MIGNON À MILANESA COBERTO COM MUSSARELA E MOLHO DE TOMATE, ARROZ E FRITAS

**Portal**  
Restaurante & Choperia

**PEÇA PELO LINK DA BIO!**

**(11) 93960-1477**  
**(11) 4657-5795**

Av. Coronel Bertoldo, 1355  
Santa Isabel - SP  
(Ao lado do Portal Turístico  
sentido Rodovia Pres. Dutra)

# Quando a política abandona o Brasil

## EDITORIAL

A condenação unânime de Eduardo Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal não é apenas mais um capítulo da crise política brasileira. É um retrato incômodo de até onde pode chegar um projeto de poder quando o interesse familiar passa a valer mais do que o interesse nacional.

Segundo a decisão da Primeira Turma do STF, Eduardo Bolsonaro foi condenado pelo crime de coação no curso do processo, em uma ação que envolve a acusação de articular, no exterior, medidas de pressão contra o próprio Brasil. Entre elas, o chamado tarifaço contra exportações brasileiras, a tentativa de estimular sanções econômicas e a revogação de vistos de autoridades brasileiras.

Aqui está o ponto central: não se trata de divergência ideológica, nem de oposição política legítima. O que está em debate é a conduta de um representante eleito que, em vez de defender os interesses do país, teria buscado apoio de uma potência estrangeira para pressionar instituições brasileiras e tentar favorecer o próprio pai em um processo judicial.

Isso ultrapassa o limite da política. Entra no campo da irresponsabilidade institucional.

Eduardo Bolsonaro foi eleito para representar brasileiros na Câmara dos Deputados. No entanto, enquanto o país enfrentava tensões econômicas, ataques às instituições e riscos concretos às suas exportações, ele permaneceu nos Estados Unidos. De lá, passou a atuar como uma

espécie de porta-voz internacional de uma causa familiar, mesmo que isso pudesse gerar prejuízos ao Brasil, aos empresários, aos trabalhadores e à imagem do país no mundo.

A pergunta que precisa ser feita é simples: que tipo de patriotismo é esse que aceita prejudicar a economia nacional para tentar salvar um projeto político derrotado nas urnas e questionado pela Justiça?

Patriotismo não é posar com bandeira. Não é cantar hino em palanque. Não é usar as cores do Brasil como fantasia eleitoral. Patriotismo, de verdade, é defender o país inclusive quando as instituições decidem contra os interesses do seu grupo político.

Quando um político busca pressão estrangeira contra o próprio país, a palavra “pátria” deixa de ser discurso e passa a ser teste. E Eduardo Bolsonaro, diante desse teste, escolheu o lado errado.

Sua trajetória recente mostra um distanciamento cada vez maior da função pública. Ele deixou de comparecer às sessões da Câmara, perdeu o mandato por faltas e permaneceu fora do Brasil em um momento em que deveria prestar contas aos eleitores. O mandato, que deveria ser instrumento de representação popular, acabou tratado como algo secundário diante de uma cruzada pessoal e familiar.

O STF, ao condená-lo por unanimidade, envia um recado importante: mandato parlamentar não é salvo-conduto para atacar o funcionamento da Justiça.

Liberdade de expressão não autoriza coação. Atuação política não justifica pedir que outro país pressione o Brasil.

Há quem tente transformar a condenação em narrativa de perseguição. Mas o fato concreto é que quatro ministros votaram pela condenação, em um julgamento que apontou a gravidade de uma articulação internacional contra autoridades brasileiras e contra interesses econômicos nacionais.

O Brasil pode e deve conviver com oposição dura, crítica intensa e debate político acalorado. Isso faz parte da democracia. O que não pode ser normalizado é a ideia de que vale tudo para proteger um líder político, inclusive expor o próprio país a sanções, tarifas e constrangimentos internacionais.

A condenação de Eduardo Bolsonaro é, portanto, mais do que uma decisão judicial. É um marco simbólico sobre os limites entre oposição e sabotagem, entre discurso patriótico e prática antipatriótica, entre mandato público e projeto pessoal de poder.

No fim, o caso deixa uma lição dura: quem abandona o país para buscar apoio contra o próprio país não pode se esconder atrás da bandeira nacional. Porque defender o Brasil não é defender uma família, um sobrenome ou um grupo político.

Defender o Brasil é colocar o povo brasileiro acima de qualquer interesse particular.

E foi justamente isso que faltou.

# PIB de SP avança 3,2% em março puxado pela indústria

## CRESCIMENTO



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado de São Paulo cresceu 3,2% entre fevereiro e março de 2026, segundo dados da Fundação Seade. O resultado, na série com ajuste sazonal, indica expansão disseminada entre os principais setores da economia paulista no período. O desempenho mensal foi sustentado pela indústria, que avançou 6,4% no período.

O setor de serviços registrou alta de 2,5%, enquanto a agropecuária variou 0,1%, em movimento de estabilidade.

Na comparação com março de 2025, o PIB de São Paulo avançou

3,4%, com alta de 4,6% em serviços e de 2,9% na indústria.

No acumulado de 2026 até março, a economia do estado cresceu 1,3% frente ao mesmo período do ano anterior, com destaque para serviços, que avançaram 2,6%.

Para o governador Tarcsísio de Freitas, o resultado reflete a estratégia de política industrial adotada pela gestão: “Trabalhamos de maneira contínua em uma política industrial desenhada já no início da gestão. É política pública na veia, baseada nas vocações produtivas de cada região paulista para identificar desafios, for-

talecer cadeias fornecedoras e reduzir gargalos. Ao mesmo tempo, seguimos adotando medidas de desburocratização para atrair novos investimentos, ampliar a competitividade e consolidar a liderança de São Paulo no setor”.

No primeiro trimestre de 2026, o PIB paulista cresceu 1,8% em relação ao quarto trimestre de 2025, na série com ajuste sazonal, segundo a Fundação Seade.

A economia brasileira, no mesmo período, cresceu 1,1%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado foi puxado pela agropecuária.



# Em 14 anos, mortes no trânsito por causa de álcool diminuem 19,5%

MAS NUMEROS MOSTRAM QUE EFETIVIDADE DA LEI SECA PERDEU FÓLEGU

A taxa de mortes no trânsito relacionadas com o consumo de bebida alcoólica caiu 19,5% no Brasil entre os anos de 2010 e 2024. A análise, divulgada nesta sexta-feira (19), Dia Nacional da Lei Seca, foi feita pelo Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (Cisa), referência nacional no tema.

Para se ter uma ideia, em 2010, o número era de 15 mil mortes. Em 2024, foram 13.075. No entanto, o estudo pondera que a quantidade voltou a subir a partir de 2020 (quando 11.600 pessoas perderam a vida).

**REFERÊNCIA NO MUNDO:** Segundo a coordenadora do Cisa, Mariana Thibes, a Lei Seca não deixou de funcionar e é uma legislação que serve de referência para o mundo ao reduzir os acidentes de trânsito e salvar vidas no Brasil.

“Essa redução foi da ordem de mais de 30%, desde que a lei surgiu (em 2008) até os últimos anos”, afirmou Mariana em entrevista à Agência Brasil. Ela concorda, no entanto, que há uma perda de fôlego em vista de “novos desafios”. A Lei Seca começou a apresentar menos eficiência, conforme revelam os números.

“A gente vinha observando uma curva constante de queda até 2019, e a partir daí a taxa de mortes começou a crescer depois da pandemia”, acrescentou.

Mariana explica que isso ocorreu porque, embora a fiscalização tenha aumentado nos últimos anos, as formas de

burlar também ficaram cada vez mais sofisticadas. “As pessoas conseguem se comunicar, usar aplicativos e saber onde estão acontecendo as fiscalizações”.

**IMPUNIDADES:** Além disso, ela lamenta que prevalece na população um senso de que é possível passar impune pela lei seca. Para conter isso, defende a intensificação das ações de fiscalização, o acesso a atendimento de emergência e as ações de prevenção que alcancem especialmente o público masculino (o que mais morre no trânsito).

De acordo com a Cisa, a partir de 2019, o uso de álcool é responsável por 36,6% das ocorrências no trânsito entre os homens e 26,3% entre as mulheres. “O maior perfil de risco afetado pelas mortes são os homens jovens”.

Um problema é que a fiscalização convive com limitações, como o número de operações com uso de bafômetros e o aumento da frota e de acidentes com motocicletas.

**SENSIBILIZAÇÃO:** A coordenadora do Cisa recomenda que, para sensibilizar a sociedade a não beber e dirigir, as campanhas precisam ficar mais estratégicas. “É preciso ir além dos anúncios “de choque”.

“A evidência internacional mostra que as mensagens que se baseiam somente no medo têm efeito de curto prazo, mas não conseguem mudar o comportamento de forma sustentada”, disse ela.

O que funcionaria, na sua opinião, seria combinar educação, esclarecimento e percepção de risco real das pessoas.

“A pessoa precisa acreditar que vai ser fiscalizada e que vai ser punida”.

Os dados mostram que a maior parte das infrações acontecem nos finais de semana e durante a madrugada.

Por isso, um caminho seria promover a cultura de alternativas viáveis, como o transporte noturno e acessível, e os aplicativos de carona. “Quando a gente só sensibiliza, mas também não traz alternativa, ficamos com o limite claro”.

**TOCANTINS LIDERA:** De acordo com os dados, 18 estados apresentaram taxa de mortes por 100 mil habitantes superior à média nacional (6,2), como o Tocantins (13,4), Piauí (12,1) e Mato Grosso (11,1). Em relação às internações, 16 estados têm taxa superior. As maiores são no Espírito Santo, Pará e Acre.

“No caso dos estados com maior taxa de morte, a gente pode pensar em questões estruturais, rodovias mais perigosas, por exemplo, menor densidade de fiscalização e de acesso a serviços de emergência nas estradas”, afirmou Mariana Thibes.

Ela ressaltou que o hábito de beber e dirigir pode ser diferente conforme os estados. “São realidades específicas que precisam ser investigadas mais a fundo para que o poder público também possa dar respostas adaptadas”.



**NÃO PASSE VERGONHA, ECONOMIZE!**

Na Ultrafarma é muito mais barato!

É verdade. Eu garanto!

COMPRE PELO SITE OU APP

VISITE NOSSAS LOJAS

ENTREGA EM TODO BRASIL

2% OFF NO PIX

ATÉ 5% DE CASHBACK NO CLUBE SIDNEY OLIVEIRA

# Brasil terá Rede de Proteção aos Direitos da Pessoa Idosa

UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS ATUARÃO JUNTOS PARA AMPLIAR POLÍTICAS

O Brasil passa a contar nesta semana com uma rede de proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas. A finalidade é fortalecer a articulação entre diferentes níveis de governo e entidades na promoção de políticas públicas voltadas a essa população.

Segundo a Portaria nº 1.058/2026, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a rede terá como finalidade promover ações coordenadas para assegurar o aces-

so a direitos, com base nos princípios da equidade, da não discriminação e do respeito à diversidade das etapas de envelhecimento.

A adesão à rede será voluntária e cada instituição ficará responsável pelos custos decorrentes de sua participação.

Entre as atribuições da rede estão: promoção do federalismo cooperativo; incentivo à elaboração de diagnósticos sobre o envelhecimento da população; fortalecimento da

participação social; apoio a fóruns e entidades voltadas à defesa dos direitos das pessoas idosas.

A coordenação da iniciativa caberá à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

A portaria estabelece ainda que os participantes deverão compartilhar informações, monitorar políticas públicas e apresentar planos de ação alinhados às diretrizes da rede.



**Lipedema e Celulite têm tratamento!**

O Velaryan é um equipamento exclusivo que, já na primeira sessão, reduz inflamações e gordura, melhora a circulação e alivia a dor do lipedema.

Ele estimula a circulação, diminui celulite, firma a pele, elimina toxinas e reduz retenção de líquidos tudo sem dor ou agulhas, com resultados rápidos e surpreendentes.

AGENDE SEU HORÁRIO!



Mariane Lobo  
maison

# Golpes digitais usam Pix e dinheiro fácil como isca

## ALERTA

A promessa de ganhar dinheiro rápido, receber um benefício inesperado ou aproveitar uma promoção imperdível se tornou uma das principais iscas usadas por criminosos na internet. No centro dessa engrenagem, aparecem dois elementos cada vez mais recorrentes: o uso indevido de marcas conhecidas e a exigência de pagamento via Pix.

É o que revela a segunda edição do relatório A Jornada dos Golpes, divulgado pelo Observatório Lupa, núcleo de pesquisa da Agência Lupa. O estudo analisou 115 conteúdos fraudulentos que viralizaram no Brasil entre maio de 2024 e abril de 2026 e mostra que os golpes digitais seguem padrões cada vez mais previsíveis.

De acordo com o levantamento, 71% das fraudes analisadas prometiam algum tipo de vantagem financeira. Em muitos casos, os criminosos ofereciam indenizações falsas, benefícios sociais inexistentes, vagas de emprego fraudulentas, brindes gratuitos ou descontos muito acima do normal. A estratégia é simples: despertar urgência, explorar a necessidade financeira da vítima e reduzir o tempo de reflexão.

Outro dado chama atenção. Cerca de um terço dos golpes exigia pagamento exclusivamente por Pix, geralmente apresentado como uma taxa obrigatória para liberar um prêmio, benefício, produto ou suposta indenização. A rapidez da transação, somada à dificuldade de reversão em alguns casos, torna o meio de pagamento atrativo para

criminosos.

O relatório aponta que 74% dos golpes analisados exploravam a credibilidade de empresas, instituições ou personalidades públicas. A lógica dos criminosos é usar nomes já conhecidos do público para diminuir a desconfiança inicial.

Mais de 15 empresas de varejo, bancos, marketplaces e plataformas digitais tiveram suas marcas utilizadas indevidamente em conteúdos fraudulentos. Entre as mais exploradas aparecem Mercado Livre e Nubank, com quatro ocorrências cada. Shopee, Serasa e Rede Globo também foram identificadas entre os nomes usados para dar aparência de legitimidade às fraudes.

Além das empresas, jornalistas, médicos, influenciadores e figuras públicas também foram usados em anúncios, páginas falsas e mensagens manipuladas. Em muitos casos, a imagem dessas pessoas aparece associada a promessas de ganhos, benefícios ou recomendações que nunca

foram feitas por elas.

Um dos pontos mais relevantes do estudo é a constatação de que os golpes nem sempre nascem de informações completamente falsas. Em 66% dos casos analisados, os criminosos partiram de fatos reais para construir narrativas enganosas.

Isso significa que reportagens jornalísticas, decisões judiciais, comunicados oficiais, campanhas legítimas e programas governamentais podem ser distorcidos para criar uma fraude com aparência convincente. O dado representa crescimento em relação ao período anterior, quando esse tipo de estratégia apareceu em 55% dos golpes.

A prática dificulta a identificação da fraude, já que a vítima pode reconhecer parte da informação como verdadeira. A manipulação acontece justamente nesse ponto: o criminoso mistura um elemento real com uma promessa falsa, uma página clonada ou uma cobrança indevida.

A pesquisa também

mostra que os golpes geralmente começam em redes sociais abertas, como Facebook, Instagram e TikTok. A partir do primeiro contato, a vítima costuma ser direcionada para ambientes mais fechados, como formulários online e aplicativos de mensagens.

O WhatsApp apareceu em quase 65% dos golpes analisados entre maio de 2025 e abril de 2026, consolidando-se como o principal canal de circulação desse tipo de conteúdo no país. É nesse ambiente que as mensagens ganham força, principalmente pela facilidade de encaminhamento e pela sensação de confiança gerada quando o conteúdo chega por meio de familiares, amigos ou conhecidos.

Os formulários online também têm papel importante. Eles são usados para coletar dados pessoais, como nome, CPF, telefone, endereço e informações bancárias. Em seguida, a vítima pode ser induzida a pagar uma taxa via Pix ou repassar o conteúdo para

outras pessoas.

Para o Observatório Lupa, um dos principais achados do relatório é que as fraudes digitais não são aleatórias. Elas seguem estruturas repetidas, adaptadas ao momento do ano, ao noticiário ou a datas comemorativas.

Promoções falsas aparecem em períodos de grande consumo. Benefícios inexistentes ganham força em momentos de debate econômico. Vagas fraudulentas circulam com mais intensidade quando o tema do desemprego está em evidência. A cada nova onda, a aparência muda, mas a estrutura permanece parecida.

Essa repetição revela um ponto importante: os criminosos não precisam reinventar os golpes. Basta reaproveitar modelos que já funcionaram, trocar a marca, atualizar o contexto e relançar a fraude em novas plataformas.

O relatório também chama atenção para a responsabilidade das plataformas digitais na circulação e monetização de conteúdos frau-

dulentos. O debate ganhou força após a divulgação, em novembro de 2025, de documentos internos da Meta, segundo os quais a empresa teria arrecadado cerca de US\$ 16 bilhões em 2024 com anúncios relacionados a golpes e produtos proibidos.

Para pesquisadores, esse tipo de informação amplia a discussão sobre fiscalização, transparência e controle de anúncios pagos nas redes sociais. A circulação de golpes não depende apenas da ação dos criminosos, mas também dos sistemas que permitem impulsionar, segmentar e distribuir conteúdos para milhões de usuários.

A principal conclusão do estudo é que os golpes digitais podem ser combatidos com mais eficiência quando seus padrões são reconhecidos. Promessa de dinheiro fácil, pedido de pagamento antecipado por Pix, uso de marcas famosas, urgência exagerada e direcionamento para links externos são alguns dos sinais de alerta mais frequentes.

O enfrentamento, no entanto, não depende apenas do usuário. O relatório defende uma atuação coordenada entre empresas de tecnologia, instituições financeiras, órgãos públicos, veículos de imprensa e plataformas digitais.

Em um ambiente em que os golpes se espalham rapidamente e se adaptam ao comportamento do público, a prevenção passa por informação, fiscalização e resposta rápida. Afinal, quanto mais previsível a fraude se torna, maiores são as chances de impedir que ela continue fazendo novas vítimas.



# Motoristas de apps e taxistas já podem pedir financiamento

## BENEFÍCIO DO MOVE APLICATIVOS SERVE PARA RENOVAR FROTA

Começou nesta sexta-feira (19) o período para motoristas de aplicativos e taxistas solicitarem financiamento de veículos zero quilômetro por meio do programa Move Brasil. A iniciativa do governo federal é voltada à renovação da frota de transporte individual no país.

Os interessados precisam se cadastrar na plataforma oficial do programa para solicitarem o benefício junto às instituições financeiras, caso tenham atendido aos critérios de participação. Em um prazo de até cinco dias após o cadastro, o trabalhador será informado se poderá

participar do programa.

A iniciativa integra o Move Brasil, que prevê linhas de crédito facilitadas para aquisição de veículos novos.

O Move Motos é uma linha de crédito para motociclistas de aplicativos que desejam financiar ciclomotores, motonetas, motocicletas e bicicletas elétricas produzidas no Brasil ou com projeto de investimento voltado à produção no país.

Ele segue os mesmos moldes do Move Aplicativos, que tem como público-alvo motoristas de aplicativos e taxistas interessados em financiar carros.

Essas linhas de crédito são uma expansão do Move Brasil, criado para viabilizar a renovação de frotas no país, por meio de facilidades de financiamento.



**JUROS:** Segundo o Plano, a taxa a ser cobrada para financiamento dos veículos será de 12,5% ao ano, o que corresponde a 0,99% ao mês para homens e 0,91% ao mês para mulheres.

Os financiamentos serão destinados exclusivamente à compra de veículos novos, com valor máximo de R\$ 150 mil. Os automóveis precisam ser de montadoras habilitadas no programa e atender a critérios de sustentabilidade definidos pelo governo.

Para acessar o financiamento, estão previstos alguns requisitos mínimos, como 12 meses de cadastro na plata-

forma oficial, e no mínimo, 100 corridas realizadas.

Estão incluídos veículos: Flex (gasolina e etanol); Elétricos, Híbridos a etanol.

No caso do Move Aplicativos, 740 mil profissionais já atenderam aos requisitos para acessar a linha de financiamento com as condições mais favoráveis.

O governo federal abriu crédito extraordinário de R\$ 30 bilhões para a compra de veículos por motoristas de táxi e de aplicativo. Os recursos serão repassados pelo Ministério da Fazenda ao BNDES, que também vai operacionalizar a medida.

CNPJ: 07.618.241/0001-48		Grau: 5		Elaborado em: 31/12/2024	
NIRE nº de 05/05/2005 Consolidação: Empresa					
<b>ATIVO</b>		<b>R\$</b>		<b>1.116.356,64</b>	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>R\$</b>		<b>1.116.356,64</b>	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		<b>R\$</b>		<b>965,35</b>	
CAIXA		<b>R\$</b>		<b>965,35</b>	
DEPOSITOS BANCARIOS A VISTA		<b>R\$</b>		<b>1.115.391,29</b>	
BANCO CONTA MV - CC BB 33303-4		<b>R\$</b>		<b>603,77</b>	
APLICACAO FINANCEIRA - PP BB 33303-4		<b>R\$</b>		<b>777.799,57</b>	
BANCO CONTA MV - CC BB 33301-8		<b>R\$</b>		<b>1.141,52</b>	
BANCO CONTA MV - CC BB 28291-X		<b>R\$</b>		<b>19.224,72</b>	
FUNDO INVESTIMENTO - FI BB 28291-X		<b>R\$</b>		<b>334,93</b>	
BANCO CONTA MV - CC BB 28092-5		<b>R\$</b>		<b>179.608,86</b>	
BANCO CONTA MV - CC BB 30640-1		<b>R\$</b>		<b>291,40</b>	
BANCO CONTA MV - CC BB 24818-5		<b>R\$</b>		<b>65.693,60</b>	
BANCO CONTA MV - CC BB 27302-3		<b>R\$</b>		<b>24.704,65</b>	
BANCO CONTA MV - CC BB 28087-9		<b>R\$</b>		<b>6,26</b>	
BANCO CONTA MV - CC BB 27359-7		<b>R\$</b>		<b>45.982,01</b>	
<b>ATIVO NAO CIRCULANTE</b>		<b>R\$</b>		<b>-</b>	
IMOBILIZADO		<b>R\$</b>		<b>64.000,00</b>	
VEICULOS		<b>R\$</b>		<b>64.000,00</b>	
DEPRECIACAO ACUMULADA		<b>-R\$</b>		<b>64.000,00</b>	
DEPRECIACAO ACUMULADA VEICULOS		<b>-R\$</b>		<b>64.000,00</b>	
DEPRECIACAO ACUM EQUIPAMENTOS INFO		<b>R\$</b>		<b>-</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>R\$</b>		<b>1.116.356,64</b>	
<b>PASSIVO</b>		<b>R\$</b>		<b>1.116.356,64</b>	
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>		<b>R\$</b>		<b>1.116.356,64</b>	
PATRIMONIO SOCIAL		<b>R\$</b>		<b>1.116.356,64</b>	
RESULTADO PATRIMONIAL EXERCICIO ANTERIOR		<b>R\$</b>		<b>671.290,37</b>	
SUPERAVIT		<b>R\$</b>		<b>445.066,27</b>	
DEFICIT		<b>R\$</b>		<b>-</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>R\$</b>		<b>1.116.356,64</b>	
Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, elaborado em 31/12/2024, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$ 1.116.356,64 (Um milhão cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)					
CNPJ: 07.618.241/0001-48		Grau: 5		Elaborado em: 31/12/2024	
NIRE nº de 05/05/2005 Consolidação: Empresa					
FABIANA SILVA DE OLIVEIRA CPF 289.328.968-10			KELLY FERNANDES DE ALMEIDA CRC 1SP293002-0		

CNPJ: 07.618.241/0001-48		Gra: Período: 01/2024 a 12/2024	
DRE			
<b>RECEITAS OPERACIONAL BRUTA</b>		<b>R\$</b>	<b>3.240.776,21</b>
RECURSOS DE GRATUIDADE		<b>R\$</b>	<b>157.988,00</b>
AUXILIO/SUBVENCAO PARELHEIROS		<b>R\$</b>	<b>1.369.338,47</b>
AUXILIO/SUBVENCAO POA EMENDA		<b>R\$</b>	<b>80.000,00</b>
AUXILIO/SUBVENCAO POA FEDERAL		<b>R\$</b>	<b>7.500,00</b>
AUXILIO/SUBVENCAO POA MUNICIPAL		<b>R\$</b>	<b>484.000,00</b>
AUXILIO/SUBVENCAO POA PLANO DE INVERNO		<b>R\$</b>	<b>105.000,00</b>
AUXILIO/SUBVENCAO PASSAGEM CSI		<b>R\$</b>	<b>478.070,28</b>
AUXILIO/SUBVENCAO ESTUDANTES		<b>R\$</b>	<b>327.887,50</b>
AUXILIO/SUBVENCAO OPERACAO CASA DE PASSAGEM		<b>R\$</b>	<b>60.000,00</b>
AUXILIO/SUBVENCAO SCFV		<b>R\$</b>	<b>170.991,96</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		<b>R\$</b>	<b>9.221,89</b>
RENDIMENTOS PARELHEIROS		<b>R\$</b>	<b>8.955,41</b>
RENDIMENTOS POA MUNICIPAL		<b>R\$</b>	<b>266,48</b>
<b>RECEITAS LIQUIDA</b>		<b>R\$</b>	<b>3.249.998,10</b>
<b>CUSTOS</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>R\$</b>	<b>3.249.998,10</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>R\$</b>	<b>2.804.931,83</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS CONTRATOS DE SUBVENÇÕES</b>		<b>R\$</b>	<b>2.188.390,52</b>
DESPESAS PARELHEIROS		<b>R\$</b>	<b>547.181,07</b>
DESPESAS POA EMENDA		<b>R\$</b>	<b>84.815,22</b>
DESPESAS POA FEDERAL		<b>R\$</b>	<b>102.326,20</b>
DESPESAS POA MUNICIPAL		<b>R\$</b>	<b>434.881,83</b>
DESPESAS POA PLANO INVERNO		<b>R\$</b>	<b>104.708,60</b>
DESPESAS PASSAGEM CSI		<b>R\$</b>	<b>412.376,68</b>
DESPESAS ESTUDANTES		<b>R\$</b>	<b>317.097,23</b>
DESPESAS OPERACAO CASA DE PASSAGEM		<b>R\$</b>	<b>59.993,74</b>
DESPESAS SCFV		<b>R\$</b>	<b>125.009,95</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS GRATUIDADES</b>		<b>R\$</b>	<b>248.967,00</b>
DESPESAS OPERACIONAIS		<b>R\$</b>	<b>248.967,00</b>
<b>TRABALHISTAS</b>		<b>R\$</b>	<b>367.574,31</b>
DESPESAS COM PROCESSOS TRABALHISTA		<b>R\$</b>	<b>367.574,31</b>
<b>DESPESAS GERAIS</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>
DEPRECIACAO E AMORTIZACAO		<b>R\$</b>	<b>-</b>
<b>SUPERAVIT/DEFICIT</b>		<b>R\$</b>	<b>445.066,27</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS OPERACOES FINANCEIRAS</b>		<b>R\$</b>	<b>445.066,27</b>
<b>RESULTADO DO LIQUIDO DO EXERCICIO</b>		<b>R\$</b>	<b>445.066,27</b>
FABIANA SILVA DE OLIVEIRA CPF 289.328.968-10			
KELLY FERNANDES DE ALMEIDA CRC: 1SP293002-0			

MATRÍCULAS ABERTAS 2026

# ANO NOVO, VIDA PROFISSIONAL NOVA!

Se 2026 é o ano da virada para  
você, a oportunidade está aqui

ESCOLA TÉCNICA



MANHÃ ou NOITE

R\$ **380**  
MENSAIS

TARDE

R\$ **310**  
MENSAIS



## CURSO DE AUXILIAR E TÉCNICO EM ENFERMAGEM

**50%**

**DE DESCONTO  
NA MATRÍCULA!**

☎ (11) 2502-6956 📞 (11) 97063-2525

Rua Antônio Rodrigues Barbosa, n° 60

Centro - Arujá - SP

# Inteligência financeira mira o coração do crime organizado em São Paulo

## LABORATÓRIO DA POLÍCIA CIVIL

O combate ao crime organizado em São Paulo tem avançado por um caminho cada vez menos visível, mas considerado decisivo pelas autoridades: o rastreamento do dinheiro. Em 2025, a Polícia Civil identificou mais de R\$ 9,6 bilhões em movimentações financeiras suspeitas a partir de análises conduzidas pelo Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro, o LAB-LD, ligado ao Departamento de Inteligência da Polícia Civil.

A atuação da unidade especializada foi essencial para subsidiar grandes investigações, entre elas a Operação Vêrnix, deflagrada no último mês contra uma organização criminosa suspeita de usar empresas de fachada, contas em nome de terceiros e estruturas empresariais para ocultar patrimônio de origem ilícita.

Instalado no Palácio da Polícia Civil, o laboratório atua longe dos holofotes das operações policiais, mas seu trabalho tem impacto direto no avanço dos inquéritos. Somente no ano passado, as equipes analisaram mais de 69 mil contas bancárias e produziram cerca de 130 relatórios técnicos, documentos que ajudam investigadores a reconstruir o caminho do dinheiro e identificar incompatibilidades entre renda declarada e patrimônio movimentado.

No caso da Operação Vêrnix, um desses relatórios serviu como base para o indiciamento de sete pessoas, o bloqueio

de mais de R\$ 327 milhões, a apreensão de 17 veículos de luxo e de quatro imóveis ligados aos investigados. Segundo a Polícia Civil, o grupo era formado por influenciadores e integrantes de uma organização criminosa que mantinham um esquema de lavagem de dinheiro com apoio de empresas de fachada e contas de “laranjas”.

As apurações apontaram que as movimentações financeiras dos suspeitos vinham sendo monitoradas desde 2019. A análise técnica indicou que os valores movimentados e os bens acumulados eram incompatíveis com a capacidade econômica declarada pelos investigados, um dos

principais indícios usados para aprofundar a investigação.

Para o delegado-geral da Polícia Civil, Artur Dian, o enfrentamento à lavagem de dinheiro exige uma estratégia voltada à estrutura financeira das organizações criminosas. Segundo ele, os grupos investigados criam métodos cada vez mais sofisticados para ocultar a origem dos recursos, o que torna a chamada asfixia financeira uma das formas mais eficazes de combate.

O LAB-LD também teve participação em outras investigações de grande repercussão, como a Operação Scream Fake, deflagrada no ano passado. A ação cumpriu

mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão contra advogados e dirigentes de uma ONG suspeita de atuar em benefício do crime organizado. A entidade, que se apresentava como defensora dos direitos de presos, teria sido usada para lavar dinheiro e oferecer serviços médicos e estéticos a integrantes da cúpula de uma facção.

De acordo com o secretário da Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves, o laboratório se tornou uma ferramenta estratégica para as delegacias e departamentos especializados. A principal função da unidade é seguir o rastro financeiro, identificar irregularidades e fornecer

elementos técnicos para operações de combate à criminalidade.

Desde abril, uma portaria da Delegacia Geral de Polícia ampliou o papel do LAB-LD nas investigações financeiras. A norma passou a exigir que as unidades policiais informem quais providências foram adotadas a partir dos relatórios produzidos pelo laboratório, como instauração de inquéritos, prisões, apreensão de bens e recuperação de valores.

A regulamentação também tornou mais rigoroso o uso de informações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o Coaf. Agora, as solicitações devem estar vinculadas

a inquéritos policiais formalmente instaurados. A medida busca ampliar a rastreabilidade das investigações e permitir que a Polícia Civil mensure de forma mais precisa os resultados obtidos a partir da inteligência financeira.

Considerado um dos laboratórios mais estruturados do país, o LAB-LD conta com mais de 30 agentes e equipamentos voltados à análise de dados financeiros. Muitos profissionais têm formação em áreas como ciências contábeis, administração e economia, o que permite uma leitura técnica das movimentações suspeitas.

As equipes são acionadas por delegacias regionais quando há necessidade de aprofundar apurações sobre possível lavagem de dinheiro. A unidade também recebeu investimentos recentes em computadores mais modernos, servidor de alta capacidade e sistema de análise de vínculos, ferramenta que ajuda a identificar relações entre pessoas, empresas, contas bancárias e bens.

Pela primeira vez desde 2010, o laboratório também passou a contar com uma delegada-assistente, reforçando a estrutura de coordenação interna.

Com a expansão do uso da inteligência financeira, a Polícia Civil aposta em um modelo de investigação que vai além da prisão de suspeitos. A estratégia busca atingir o patrimônio, interromper fluxos de dinheiro e desmontar a base econômica que sustenta organizações criminosas.



# Alta demanda faz SUS ampliar teleatendimento a jogadores compulsivos

**SERVICO DEVE RECEBER R\$ 70 MILHÕES**

O Ministério da Saúde pretende ampliar, ainda este ano, os atendimentos por telefone e por videochamadas para pessoas com problemas relacionados à dependência em jogos de apostas.

Conforme a Agência Brasil apurou, a atual estratégia de teleatendimento será reforçada por meio da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS), encarregada de contratar empresas especializadas e, assim, ampliar a assistência gratuita a jogadores compulsivos.

O serviço com foco em jogo de apostas foi inaugurado em março deste ano, em parceria com o Hospital Sírio-Libanês. Após três meses, a iniciativa já tem 6.912 usuários cadastrados.

A ampliação do teleatendimento exigirá cerca de R\$ 70 milhões em investimentos até o fim deste ano e integra o plano de ações de prevenção, qualificação profissional e ampliação do acesso populacional aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) que o ministério implementou este ano, para incrementar a assistência a pessoas com problemas relacionados a jogos de apostas.

A pasta também vai aplicar R\$ 6 milhões para custear a realização de uma pesquisa nacional inédita para entender como os jogos e apostas afetam a saúde dos brasileiros. O objetivo é descobrir quem são os grupos mais prejudicados e quais são os principais riscos da prática.

Com as informações, o governo terá melhores

condições de implementar ações e políticas públicas de atendimento e prevenção no SUS.

**RECURSOS:** Parte dos recursos necessários para a execução do plano virá dos R\$ 45,7 milhões (em valores não corrigidos) que a pasta recebeu em 2025, a título de destinação social das bets.

O total repassado ao Ministério da Saúde no ano passado corresponde a 1% do Produto da Arrecadação de tributos pagos pelas empresas de apostas e por apostadores.

Em 2025, o Produto da Arrecadação total chegou a R\$ 4,5 bilhões e foi dividido entre áreas como saúde (1%), educação (10%), turismo (28%), esportes (36%), segurança pública (13,6%), seguridade social (10%) e outras destinações (1,4%), conforme os percentuais estabelecidos na Lei nº 14.790, de 2023.

Pela legislação, todo o dinheiro do Produto da Arrecadação repassado ao Ministério da Saúde deve ser gasto com medidas de prevenção, controle e mitigação de danos sociais advindos da prática de jogos.

Questionado pela reportagem da Agência Brasil se os R\$ 45,7 milhões cobrem os gastos adicionais do SUS com o aumento da demanda por atendimentos a pessoas com problemas com jogos, o ministério respondeu não conseguir mensurar o custo dos atendimentos específicos, já que estes são prestados junto a outros serviços de média e alta complexidade da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) que, só em 2025, custaram aproximadamente R\$ 2,5 bilhões.

Mesmo assim, o ministério assegurou que “a destinação social representa uma fonte relevante de financiamento, complemen-

tada com recursos do orçamento próprio da pasta”.

**COMO ACESSAR:** Atualmente, para acessar o serviço de teleatendimento em saúde mental do SUS, o interessado deve se cadastrar por meio do aplicativo Meu SUS Digital. Depois, para usar o serviço, é preciso baixar o aplicativo, disponível gratuitamente nas lojas Android, iOS ou na versão web, e criar uma conta Gov.br ou usar a já cadastrada.

O Meu SUS Digital também oferece conteúdos informativos sobre sinais de alerta, prevenção e impacto dos jogos na saúde mental.

A plataforma disponibiliza um autoteste validado por especialistas. Se, ao responder o questionário, o usuário alcançar um resultado indicativo de risco moderado ou elevado, será automaticamente encaminhado para o teleatendimento.

Em casos de menor

risco, a pessoa será orientada a procurar apoio qualificado em Centros de Atenção Psicossocial (Caps) ou em Unidades Básicas de Saúde (UBS).

A Ouvidoria do SUS também está treinada e preparada para orientações sobre o tema. Os profissionais atendem pelo telefone 136, por teleatendimento, via formulário, WhatsApp ou chatbot no site do Ministério da Saúde. Todas as informações seguem as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**CARTILHA:** A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece os problemas com jogos de apostas como um comportamento potencialmente prejudicial à saúde mental, com associação direta à ansiedade, à depressão, a outros comportamentos compulsivos e ao risco aumentado de suicídio e autolesão.

No Brasil, o número de atendimentos pelo SUS de casos de jogo patológico e de mania de jogo e aposta aumentou 104% entre janeiro de 2018 e maio de 2025.

Do total de 10.553 ocorrências atendidas no período, 4.316 foram ambulatoriais e 6.237 na Atenção Primária à Saúde, com alta prevalência entre homens e pessoas entre 20 e 49 anos –

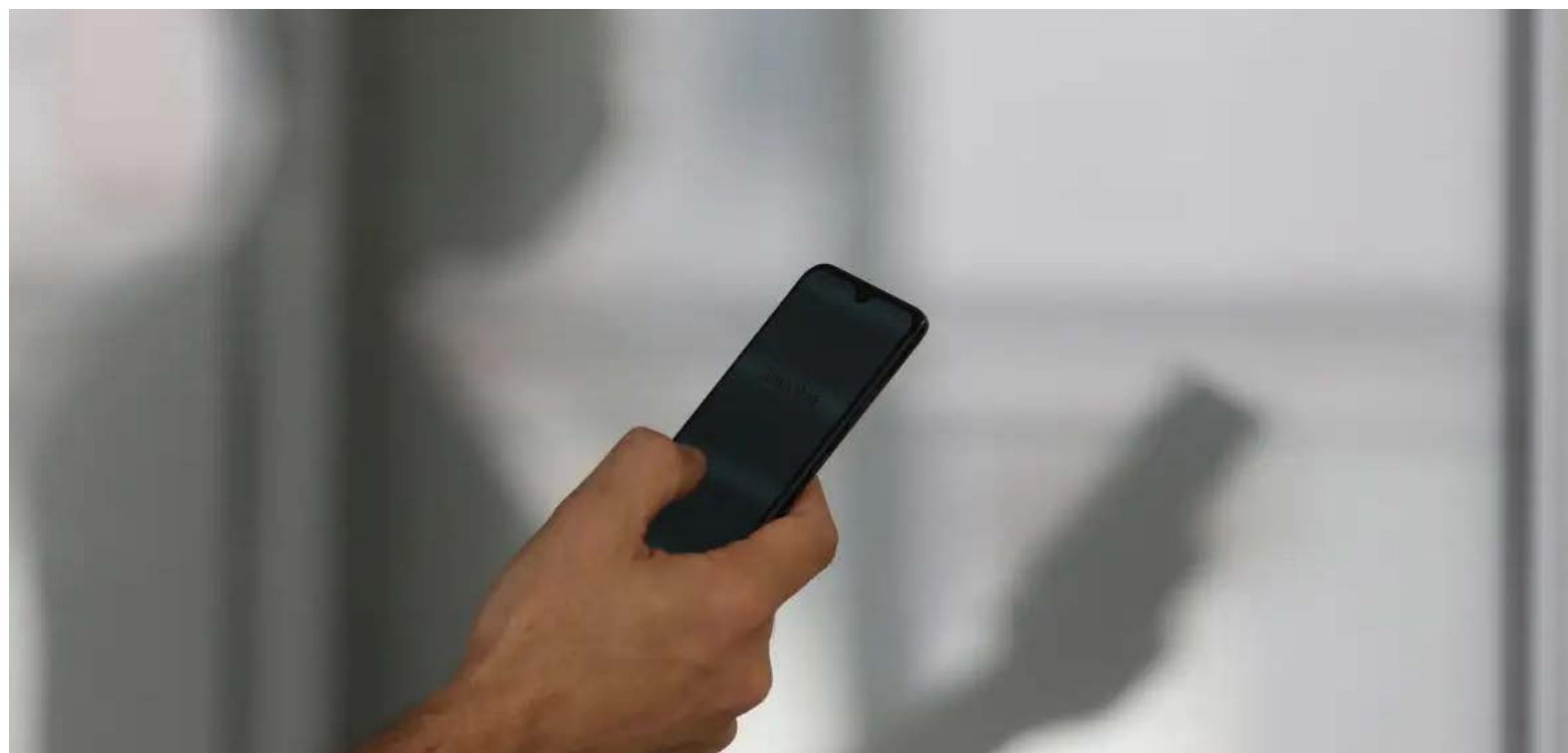
ainda que o crescimento do número de casos envolvendo jovens chame a atenção de especialistas.

O problema já suscitou uma série de iniciativas públicas. Em dezembro de 2025, por exemplo, o governo federal lançou a Plataforma Centralizada de Autoexclusão, ferramenta que permite aos interessados bloquear o próprio acesso a todos os sites de apostas autorizados a funcionar no país.

Até o fim de maio, mais de meio milhão de pessoas já tinham recorrido à ferramenta.

Em janeiro deste ano, o Ministério da Saúde disponibilizou o Guia de Cuidado para Pessoas com Problemas Relacionados a Jogos de Apostas, com o objetivo de orientar o acolhimento, o acompanhamento e o tratamento de pessoas afetadas por jogos e apostas. O material pode ser acessado no site do ministério.

Nesta sexta-feira (19), o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto (nº 13.033) que visa a reforçar o combate ao mercado ilegal de apostas. Entre outras medidas, o decreto estabelece que o dinheiro confiscado de bets ilegais poderá ser utilizado no combate ao crime organizado.





### Laser ÔMER 3D para ONICOMINOSE

Elimina os fungos  
com precisão

Estimula o crescimento  
de uma unha nova,  
clara e saudável

Penetra na unha e  
na pele ao redor de  
forma profunda



PIETRA OLIVEIRA  
*beauty*



 **(11) 97139-4677**

**Av. Guilherme Alfieri, 146 - (Próximo à Santa Casa)  
Parque São Benedito - Santa Isabel - SP**